

## ACERCA DO MUNDO ADMINISTRADO E A TEORIA DOS RACKETS NA ATUALIDADE: DESREGULAMENTAÇÃO COMO NORMA NO CASO BRASILEIRO

[ABOUT THE ADMINISTERED WORLD AND THE RACKETS THEORY TODAY: DEREGULATION AS A NORM IN THE BRAZILIAN CASE]

João Paulo Andrade\*  
Ana Paula de Ávila Gomide\*\*

**RESUMO:** O artigo apresenta elementos de uma falsa dicotomia entre capitalismo administrado pelo Estado e neoliberalismo. Ao escavar a gênese de noções filosóficas e sociológicas da chamada primeira geração da Teoria crítica, busca-se elucidar o ponto de contato entre esses dois períodos do capitalismo, insistindo na prevalência e complementaridade de um par conceitual de Max Horkheimer e Theodor W. Adorno: a teoria dos *rackets* (*Racket-Theorie*) e o mundo administrado (*verwaltete Welt*). O texto defende que as relações de produção mais palpáveis de cada conceito – o caráter aparentemente dinâmico dos *rackets* e a racionalidade totalitáriada mundo administrado – já haviam sido tracejadas com vistas em uma complementaridade conceitual que, ao fim de tudo, antecipa as transformações mais recentes do capital, bem como a eventual reviravolta das sociedades capitalistas em fascismo. Após este passo, o artigo volta-se para uma reflexão sobre a condição brasileira na atualidade, limiar da conversão de capitalismo em fascismo, de Estado de Direito em anomia. Em outras palavras, o momento político e social do Brasil destacaria as divergências e a complementaridade entre *racket* e mundo administrado, ressaltando a atualidade destes conceitos no que tange aos elementos irracionais mobilizados pelas instâncias de poder de dominação sobre os sujeitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mundo administrado; *Rackets*; Capitalismo de Estado; Neoliberalismo; Política

**ABSTRACT:** This paper presents elements of a false dichotomy between state-controlled capitalism and neoliberalism. After hollowing up the origin of philosophical and sociological notions coined by the so called first generation of Critical Theory, it tries to clarify the touch point between these two historical moments of capitalism by insisting on the prevalence and complementarity of a conceptual pair, which comes from Max Horkheimer e Theodor W. Adorno: the racket theory (*Racket-Theorie*) and the administered world (*verwaltete Welt*). The text supports that the most visible relations of production in each concept – the racket’s seemingly dynamical character and the administered world’s totalitarian rationality – have been already shaped with views on a conceptual complementarity that, at the end, anticipates capital’s most recent transformations, just as the occasional turn of capitalist societies to fascism. After this, the paper proposes a reflection about the Brazilian condition nowadays, in the threshold of a conversion from capitalism to fascism, from the rule of law to anomia. Put another way, the Brazilian political moment would highlight the divergences and complementarity between racket and administered world and emphasizes the actuality of these concepts regarding the irrational elements, which are mobilized by power and domination bodies over the subjects.

**KEYWORDS:** Administered World; Rackets; State Capitalism; Neoliberalism; Politics

\* *Doutorando em filosofia pela Universidade Estadual de Campinas-Unicamp. Bolsista de doutorado com financiamento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq. E-mail: jpandradedias@gmail.com.* \*\**Doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo-USP-SP. Professora efetiva do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. E-mail: anapag2@gmail.com*

É possível falar de claustrofobia das pessoas no mundo administrado, um sentimento de encontrar-se enclausurado numa situação cada vez mais socializada, como uma rede densamente interconectada

Adorno, T.W In: *Educação após Auschwitz*

Há cerca de duas décadas, a hoje vasta literatura acadêmica sobre Neoliberalismo começava a se avolumar.<sup>1</sup> Esses escritos, que agora possuem uma ampla variedade, passaram a atrair a atenção de todas as alas da teoria social contemporânea. Seu ponto de partida repousa sobre a seguinte constatação: com os sinais de enfraquecimento econômico e a decorrente perda de unidade política do bloco leste, um novo pacto transnacional, menos custoso e mais eficiente, viria a substituir o acordo de Bretton Woods e o chamado *Welfare State*, largamente implementado com o fim da Segunda Guerra. Essa mudança de trajetória na política econômica do Ocidente visava desferir um golpe derradeiro na União Soviética, e supostamente traria em seu bojo o ideário liberal sob a forma da contração do Estado no planejamento econômico das sociedades. A palavra de ordem viria a se tornar “desregulamentação”, e todas as promessas de seguridade e “harmonia”, de uma reconciliação ainda que extorquida entre as classes, foram então substituídas pela privatização de instituições estatais inteiras, com flexibilização de contratos trabalhistas até então estáveis e a redução massiva de serviços sociais. Nos períodos de crise, esse novo fundamentalismo econômico se refere a si mesmo como “austeridade”, palavra que incute categorias morais no debate político. Os governos devem ser austeros, responsáveis e racionais com suas finanças; os indivíduos, livres e autônomos para buscar sua subsistência e concorrer entre os “iguais” sob a ideologia do mérito, internalizando a racionalidade econômica sob forma de injunções morais. E, assim, também a camada economicamente mais desprotegida da sociedade, os marginalizados, que antes podiam ao menos contar com algum suporte das instituições de Estado, agora socialmente mais vulneráveis com a exposição massiva às voragens e errâncias do capital,<sup>2</sup> passam a ser alvo de maior discriminação.

Para além das discussões em torno das origens históricas<sup>3</sup> do neoliberalismo e suas modalidades de ascensão historicamente demarcadas,<sup>4</sup> um conjunto de obras visa demonstrar e problematizar a relação intrínseca entre esse modelo econômico e formas autoritárias de governo<sup>5</sup> (Safatle et al., 2021; Dardot et al., 2021). Essas obras buscam tanto escancarar a lógica violenta que subjaz às medidas econômicas embasadas nas políticas de austeridade quanto demonstrar a presença massiva de um Estado repressivo e punitivo contra os pobres e socialmente marginalizados. Tais linhas de estudo esclarecem as afinidades entre o “livre mercado” sob o capitalismo mundialmente financeirizado e a extrema-direita, cujos recursos de dominação consistiria em mobilizar as energias política e psíquica de grupos excluídos pelo processo de desindustrialização, ou seja, aquela mesma parcela empobrecida e insatisfeita com os efeitos das medidas neoliberais. Por mais que essa bibliografia esteja bem estabelecida, o propósito deste texto diverge dela ao menos em seu ponto de partida. Em vez de compreender o chamado “período neoliberal” como ocasião para se formular novas categorias e reduzir os fundamentos das crises sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais às concepções de “neoliberalismo” ou “lógica neoliberal”, tão difundidas no presente, gostaríamos de demonstrar a prevalência de um par conceitual já alçado pela teoria crítica em outro momento histórico: a noção de mundo administrado (*verwaltete Welt*) e a chamada teoria dos *rackets*. Uma ressalva: Theodor W. Adorno e Max Horkheimer

naturalmente não trataram do neoliberalismo. O diagnóstico de tempo formulado pelos autores nos anos 1940 – e que se aprofunda nas décadas seguintes – inclina-se, na verdade, para a direção contrária, às análises da dominação por meio de um Estado cada vez mais sufocante, calcado nas estratégias de gestão, de planejamento e, portanto, de racionalização de todas as esferas da sociedade e da vida cotidiana dos indivíduos. Contudo, nada disto implica necessariamente a caducidade de certos conceitos, ademais desde sempre construídos com fissuras e aberturas, preparados para a eventual atenção ao seu outro. Pode ser que suas categorias de filosofia da história não tenham se demorado o suficiente em uma contraparte dialética; pode ser que lhes tenha faltado tematizar a dominação pela desregulamentação. Mesmo assim, esse novo estágio do capitalismo não parece lhes ter escapado por completo enquanto possibilidade.<sup>6</sup> Em um trecho bastante especulativo de *Sobre a sociologia das relações de classe*, Horkheimer afirma:

É possível que, tendo os grupos capitalistas mais fortes obtido o controle direto do Estado, a burocracia trabalhista seja abolida, assim como a burocracia governamental, e que sejam substituídas por mandatários mais confiáveis dos grandes negócios. Embora isto pudesse ser alcançado sem uma mudança formal dos princípios constitucionais, representaria um desenvolvimento similar ao que ocorreu na Alemanha (Horkheimer, 1985, p. 98; trad. em 2021, p.159)

Mas a insistência em conceitos aparentemente caducos pode demonstrar a caducidade do sistema vigente, porventura realizar um exercício de crítica imanente, e desvelar a ideologia em mais uma de suas figuras: a pseudomorfose do capitalismo tardio (*Spätkapitalismus*) em liberalismo renovado. Expor a implicação mútua e o movimento histórico desse par conceitual torna-se, assim, objeto deste artigo. Com base no preâmbulo acima, no horror econômico de nosso tempo, conjugado a ascensões de partidos de extrema-direita dentro de um cenário mundial no qual encontramos poucas possibilidades de oposição a tal estado de coisas, a noção de mundo administrado e a teoria dos *rackets* devem ser retomadas e problematizadas dentro do contexto atual, sem perder de vista a abrangência e a crítica social encontrada nestes termos, respeitando suas especificidades de objeto, mas abrindo possibilidades de poder extrair alguns elementos para a compreensão da atualidade. Vejamos, brevemente, o desenvolvimento de tais noções pela teoria crítica para, em seguida, estabelecermos seus possíveis nexos com o capitalismo financeiro atual e o autoritarismo.

Após assumir a direção do Instituto, Horkheimer publica uma série de textos sobre a mudança de função social de certas categorias filosóficas.<sup>7</sup> De modo contrário ao marxismo então corrente, admite que o ideal de emancipação estaria ameaçado pelo surgimento de sociedades tecnocráticas e planejadas, que atuariam diretamente sobre a compreensão ortodoxa da função que o conceito de massa possuía, levando a sua perda de relevância para a emancipação social. Tal análise se concentrava em mecanismos de cunho mais subjetivo da manipulação psíquica, que fortaleciam a adesão da massa a políticas contrárias a seus interesses racionais. Liberdade e igualdade, metafísica e verdade, indivíduo e moralidade: todas essas categorias deveriam então ser compreendidas segundo uma nova relação dialética, muito mais sinuosa e contraditória do que, por exemplo, o capitalismo liberal analisado por Marx exigia. A noção de mundo administrado e a teoria dos *rackets* começam então a se delinear preliminarmente nos projetos de um Instituto de Pesquisa Social, em que a teoria se voltava para o desenrolar históricos do capitalismo, sua transição da fase liberal para a dos monopólios, com a finalidade de esclarecer seus mecanismos de dominação e incidências sobre a

antropologia burguesa, bem como seus pontos de tensão e possíveis desdobramentos que impulsionaram os totalitarismos de diversas naturezas. De modo ainda oblíquo e inominado, os escritos de Horkheimer iniciavam então a marcha que viria a culminar nesse par um tanto silencioso, mas cuja presença atravessa e orienta boa parte de seu pensamento maduro e tardio sem se sedimentar propriamente como terminologia conceitual.<sup>8</sup> Sua gênese, portanto, nos leva a textos anteriores a *Dialética do esclarecimento*<sup>9</sup> ou *Eclipse da razão*; nos leva a debates sobre economia e sociologia internos ao Instituto, disputas que antecederam e influenciaram as obras da fase madura de maior destaque. Mais detidamente: nos conduz a textos como *O Estado autoritário*, verdadeiro laboratório para a noção de mundo administrado,<sup>10</sup> e *Sobre a sociologia das relações de classes*, onde a ideia de *racket* encontra uma formulação de fôlego. O conjunto de problemas que esses textos encampam depreende a posição de Horkheimer frente à conhecida disputa entre Friedrich Pollock e Franz Neumann.

Sabe-se bem que esse debate constituiu um episódio decisivo para o curso da teoria crítica. Decifrar políticas como o incremento significativo da planificação econômica, que então figurava, era posto como tarefa central nesse período. Pollock e Neumann gravitaram esse problema. Ambos notaram as transformações nas sociedades capitalistas após o fim da Primeira Guerra, embora divergissem na resposta ao modelo de sociedade que se germinava.<sup>11</sup> Quanto a Horkheimer, dizer que sua produção nos anos 1940 esteve sob influência dessa disputa já se tornou ponto pacífico.<sup>12</sup> Mas quem deseja fidelizá-lo a uma ou outra posição não comete apenas um deslize interpretativo – subestima sua percepção fina da contradição objetiva inscrita no seio do capitalismo monopolista. Pollock e Neumann deram voz a essa contradição. Já o traquejo dialético de Horkheimer com essa disputa só se exhibe quando acompanhamos certas sutilezas de *O Estado autoritário* e *Sobre a sociologia das relações de classe*. Alinhar cada texto a um e outro autor, formulando uma polaridade que se perde das torções do próprio objeto, só nos levaria a um impasse menos que inexistente. *O Estado autoritário* não é simplesmente um texto sob influência de Pollock, ainda que ali se diga que “o capitalismo de Estado é o Estado autoritário do presente”. Tampouco *Sobre a sociologia das relações de classe* se deixa explicar somente com ajuda das teses de Neumann, mesmo que esse escrito volte a acionar termos como “monopólio” e reinterprete as disputas interna e entre classes *ad nauseam*. Alguém poderia se recordar, *Dialética do esclarecimento* era dedicada a Pollock ao mesmo tempo em que tomava a teoria dos *rackets* como sua fundamentação sociológica.<sup>13</sup>

Assumir a tese do capitalismo de Estado é o mesmo que dar números finais à economia como ciência social.<sup>14</sup> Ocorre uma superfetação da política por sobre a economia, que se torna administração, e desaparece ao menos em sentido clássico. A longa transição do *laissez-faire* liberal para o Estado autoritário significa a regulação externa e abrangente da esfera econômica; enfim a bomba-relógio, há muito encontrada por Marx, é desarmada – não pela luta proletária, mas por uma pequena fração social que forma coalizão, a elite industrial e bancária com a mais alta burocracia estatal e as lideranças da burocracia partidária então vitoriosa.<sup>15</sup> “Liberdade de comércio, empresa e trabalho passam a estar sujeitas à interferência governamental a tal ponto que elas são praticamente abolidas.” (Pollock 2020, p. 90). Com isso surgiria um “pseudomercado”, pode-se dizer também uma pseudo-indústria e uma pseudoburguesia, que dissimuladamente se justificavam com base nos antigos problemas de superprodução.<sup>16</sup> As crises constitutivas e imanentes ao sistema de produção capitalista tornam-se passíveis de previsão, são contornadas pelo planejamento. Elas desaparecem diante dos

nossos olhos junto com o que mais claramente lhes evidenciava, a massa amorfa, expropriada até a miséria – ao menos no Primeiro mundo. O diagnóstico do período apontaria precisamente a perda de atração do conceito de massa para a teoria social; ela é deposta como negativo tanto sócio quanto ontologicamente, e não pode mais ser analisada como motor dialético da história. Muito mais interessante para a estabilidade do capitalismo, ocorre o declínio de toda a burguesia clássica que não conseguiu se tornar monopólio. Ela se reúne às vastas fileiras de trabalhadores, assalariados, rentistas, todos juntos na celebração de um par de vantagens sociais, mas também na certeza de que o mercado e o risco do investimento não são para eles, de que o Estado é um poder ominoso. Assim pode-se falar em declínio do indivíduo propugnado pelas teses filosófico-burguesas liberais; assim pode-se falar em sociedade de massas. Sobre o recurso à representação sindical, mas esta foi também transformada em braço da maquinaria burocrática. Trabalhador e assalariado, embora bem longe dos negócios que realmente importam, tornam-se mais um negociante na praça. Eles devem levar suas demandas à liderança de classe com a esperança de aumentar sua parcela de mais-valia.<sup>17</sup> Por certo a petrificação da sociedade em sistema informa uma dominação profunda das relações sociais de produção sobre as forças produtivas. Mas foram estas mesmas, as próprias forças produtivas, que ensinaram o dom da administração ao monopolismo dominante – as forças produtivas intelectuais. Não à toa, Horkheimer se vê forçado a reformular a bifurcação historicamente objetiva do capitalismo: em vez de socialismo ou barbárie, o capitalismo de Estado paradoxalmente nos coloca entre a planificação racional e a liberdade (1987, p. 298; trad. em espanhol 1972, p. 101).

O terreno teórico para a ideia de mundo administrado ganhava formato a partir do diagnóstico de que, por meio de suas medidas de coletivização rigorosamente organizadas como uma maquinaria e apoiadas por uma política autoritária direta, o capitalismo administrativo de Estado extinguiria o antigo fundamento econômico capitalista, o mercado concorrencial e a esfera de circulação (Horkheimer, 2012). Os critérios econômicos do liberalismo foram eliminados pelo Estado totalitário e substituídos por uma nova burocracia composta pelos “ditadores da indústria”, oficiais políticos e militares. Tai acepções, que culminaram na ideia de mundo administrado lançadas pelos frankfurtianos para designar a fase monopolista do capitalismo e suas relações com o nazismo e o fascismo, e, após a segunda guerra, também apresentar as características do capitalismo avançado pós-industrial, tiveram ressonâncias em anos posteriores, para caracterizar a nova ordem capitalista do pós-guerra, regida por uma racionalidade instrumental e burocratizada, presente nos seguintes domínios: nos grupos industriais e empresariais que interferem e comandam o sistema político e econômico; na burocracia estatal da democracia de massas com suas promessas de abundância, seguridade social e pleno emprego; nas organizações sindicais com seus líderes pragmáticos cooptados pela lógica empresarial;<sup>18</sup> e também nos mecanismos sociais de dominação das massas, tais como a indústria cultural onipresente.<sup>19</sup> A dimensão de tal racionalidade instrumentalizada materializou-se na forma de um sistema social como um todo, cujas possibilidades para a sua própria superação e crítica, quer pela oposição por parte do indivíduo, quer pela oposição por parte de grupos politicamente contestatórios contra a opressão do capital, foram minadas. Nas palavras de Horkheimer:

As esperanças do gênero humano parecem estar mais distantes de sua realização hoje do que nas hesitantes épocas em que elas foram formuladas pela primeira vez por humanistas. Parece que enquanto o conhecimento técnico expande o horizonte do pensamento e da atividade do homem, sua autonomia como indivíduo, sua

capacidade de resistir ao crescente aparato de manipulação de massa, seu poder de imaginação, seu juízo independente são aparentemente reduzidos (Horkheimer, 1991, p. 25; trad. em Horkheimer, 2015, p. 8)

Nas análises de Horkheimer, que teve como base inicial os projetos sobre o materialismo interdisciplinar,<sup>20</sup> e nos anos seguintes, com a ascensão do nazifascismo voltaram-se à crítica da modernidade, tributária de uma racionalidade voltada univocamente à dominação da natureza,<sup>21</sup> as fases anteriores do capitalismo continham ao menos elementos objetivos que apontavam para possibilidades de sua própria transcendência e superação (por exemplo, em campos distintos, a luta de classes, a esfera cultural da vida em contraponto à realidade material, o âmbito privado da família que oferecia oposição ao todo social e a própria categoria de indivíduo burguês livremente econômico e supostamente autônomo<sup>22</sup>). Entretanto, sob a égide de uma racionalidade reduzida à autoconservação no capitalismo administrado, tais possibilidades de oposição foram neutralizadas ou destruídas. Pode parecer jocoso falar em autoconservação na fase de maior abundância e distribuição material do capitalismo, ao lado da mobilização de comportamentos regressivos por parte dos indivíduos frente aos apelos da reprodução social, e suas menores possibilidades de escolhas mais “autônomas” para uma vida mais justa. Mas este mesmo contexto foi quem terminantemente retirou do sujeito sua condição de sujeito. Daí a crítica de Horkheimer às tendências do capitalismo altamente industrializado, que afirma o declínio da vida social e da subjetividade frente à administração total por parte de grandes empresas e de organizações coletivistas que acabariam por reger todas as relações e instituições, principalmente, para além do controle econômico, por meio da aparelhagem tecnológica dos meios de comunicação de massas. Segundo Adorno, com os meios “a tecnologia permite que a escolha e a apresentação da notícia e do comentário a partir de poucos pontos sejam suficientes para tornar homogênea a consciência de inúmeras pessoas” (Adorno 2003, p. 367; trad. em 1986, p.72).

Mas, apesar do alcance sufocante e a clara inspiração nos totalitarismos europeus que reside no conceito de “Capitalismo de Estado”, a letra de Horkheimer, tão preocupada com o declínio do indivíduo, demonstra certo afastamento da reflexão de Pollock. Que isso ocorra não só em escritos posteriores, mas já se esboça em *O Estado autoritário*, atesta o caráter consequente do debate no interior do Instituto.<sup>23</sup> Em um trecho que esmiúça o cerne das relações sociais no Estado autoritário, Horkheimer antecipa argumentos que só veríamos dois anos depois, quando da ideia de *racket* é enunciada. Com uma sutileza marcante, a passagem silenciosamente desfaz certas ilusões da tese de Pollock ao mesmo tempo em que lhe infunde mobilidade. Horkheimer desengessa o conceito de capitalismo de Estado:

Em todas as suas variantes, o Estado autoritário é repressivo. O desperdício exorbitante não é mais causado pelos mecanismos econômicos em sentido clássico; ao contrário, ele se origina das necessidades desavergonhadas do aparato de poder e da destruição de toda iniciativa dos dominados: a obediência não é tão produtiva. Apesar da chamada ausência de crise, não há harmonia alguma. Ainda que a mais-valia não seja mais acumulada como lucro, trata-se dela. [...] Hoje também, quando juntas as elites conspiram contra suas nações, elas estão sempre prontas para arrebatar algo das áreas de caça. (1987, p. 301-2; trad. em espanhol 1972, p. 105-6).

Uma ausência de crises sem harmonia. Sob o regime do capital, as relações sociais permanecem crivadas de conflito.<sup>24</sup> Mas, à diferença do capitalismo incipiente, o

conflito de interesses econômicos no interior da classe não é mais exclusividade da burguesia. O esclarecimento teria aprofundado a falsa consciência de tal modo que o proletariado não somente se veria obrigado a lutar por mais-valia: mais, ele formaliza essa disputa. O esclarecimento burguês lhe absorve. A concepção de uma sociedade totalmente administrada articula-se aos mecanismos de dominação exercidos e estabelecidos por “nichos sociais” de poder, de diferentes naturezas, que obtiveram o monopólio do sistema político, o acesso à concentração de capital e ao uso da violência estatal. Isto ocorre junto ao processo de formação do capitalismo tardio, que parte da lógica monopolizante espalhada por todo o sistema social. A expressão *rackets*,<sup>25</sup> por sua vez, é acionada para materializar a totalidade dos fenômenos sociais que correm no capitalismo monopolista. Mas, ao fazer isso, ela recorda o acirramento dos conflitos entre diferentes grupos sociais e as formas de opressão disso resultantes, que prevalece na fase tardia; recorda que se deve estar sempre à altura do materialismo, por mais ingrata que essa tarefa pareça. Assim, Horkheimer e Adorno atualizam a teoria marxiana de classes; eles a ressignificam e a expandem à luz das transformações históricas do capitalismo avançado: “os *rackets* constituiriam um traço comum das classes dominantes em sua busca pelo excedente econômico” (Puzone, 2017, p.97). A faceta terrível e desoladora do diagnóstico reside na *mimesis* do proletariado em burguesia. Mas a prevalência e a manutenção de uma sociedade de classes, ainda que invisível e não percebida pelos oprimidos, foi reafirmada nas análises de Adorno sobre as determinações objetivas da sociedade administrada. Assim:

Isso torna necessário considerar o próprio conceito de classe tão de perto a ponto de ser simultaneamente retido e transformado. Retido: porque seu fundamento, a divisão da sociedade em exploradores e explorados, não apenas continua a existir de modo não atenuado, mas porque está aumentando em termos de coerção e consistência. Modificado: porque os oprimidos, segundo o prognóstico da teoria, hoje a maioria dos seres humanos, não conseguem experienciar a si mesmos enquanto classe (Adorno, 2003, p. 377; trad. em Adorno, 2020, p. 262).

A noção de mundo administrado e *O Estado autoritário* podem se aproximar muito no caráter estático das teses de Pollock, mas a teoria dos *rackets* insiste na dinâmica de disputa no interior da sociedade capitalista. O que implica dizer que o mundo administrado ainda não alcançou a totalidade da vida humana, que, por piores que sejam os prognósticos, reviravoltas ainda podem acontecer, haja vista a própria natureza concorrencial do mercado e a necessidade incessante de desenvolver as forças produtivas. Mostra-se, assim, a implicação mútua entre mundo administrado e teoria dos *rackets*, estofa sociológico do capitalismo tardio. Com o mundo administrado povoado por grupos em disputa, uma nova configuração da ordem social, o neoliberalismo, tornou-se possível no momento preciso em que os monopólios ganharam força suficiente para virar a mesa contra o Estado. O fermento dessa virada foi o próprio elemento dinâmico dos *rackets*, que continuava a desenvolver as forças produtivas. Ao sequestrar setores e serviços estratégicos que antes lhe eram refratários, a iniciativa privada atinge o coração da coisa pública, lança um feitiço novo e conquista a desregulamentação em escala global. O Estado perde sua preeminência, mas as outras forças da antiga coalizão não se exauriram: elas cresceram, e então foram redistribuídas. Cabe agora ao Estado trabalhar junto com os monopólios, capturando a burocracia jurídica e instrumentalizando-a de forma a salvaguardar as leis do mercado e a propriedade privada acima de quaisquer reivindicações sociais democráticas.<sup>26</sup> O neoliberalismo pode assim ser elucidado pela vitória do *racket* econômico sobre o

Estado, este *racket* burocrático. Contudo, por mais que expresse o dinamismo e o conflito, todo *racket* visa garantir a permanência no poder; em seu interior resplandece a conexão com o mundo administrado, Adorno diria: a petrificação da história em natureza. O período de desregulamentação torna-se somente mais uma fase de capitalismo tardio, mais uma fase de um mundo administrado, que também se vale do poder estatal para desenvolver todo um arsenal jurídico de exceção a serviço da liberação da economia capitalista. Com seu declínio ante os monopólios, a universalidade do Estado é paradoxalmente alargada e esvaziada: alargada, pois o alcance de sua forma, premente o quanto já era na fase anterior, continua a avançar; esvaziada, pois o Estado abandona as políticas sociais para mediar um único conflito e preservar uma única garantia, o interesse econômico e a propriedade privada. Ao minar os indivíduos das vantagens sociais, os governos adotam uma propaganda neoliberal. As sociedades se aprofundam em ideologia. Exaltado nessa nova fase, o indivíduo é reduzido à gestão de si mesmo, ao entrecruzamento de moralidade e empreendedorismo. Ele é destituído de qualquer substância outrora proferida pelo liberalismo clássico; sobrevive a ideia de indivíduo empobrecido e embrutecido, despolitizado e premido pela autoconservação, atado ao sortilégio do existente (*das Bestehende*). Muito embora Horkheimer e Adorno tenham apresentado as aporias do indivíduo sob o capitalismo concorrencial, indicando suas possibilidades de emancipação calcadas numa noção de também referente ao modelo kantiano de sujeito,<sup>27</sup> basta lembrar um conhecido passo da *Dialética*, o sequestro do esquematismo ao sujeito pela indústria cultural (trad. Adorno e Horkheimer, 1985, 117 [145-6]).<sup>28</sup> Sem espontaneidade subjetiva, o indivíduo torna-se tão somente um núcleo de reações pré-ordenadas, corroborando com a própria violência que lhe é imposta. A euforia, como sempre ideológica, de quem entende a retração do Estado como recuperação da autonomia subjetiva não percebe que um outro esquematismo lhe foi entregue, tão mais vazio de conteúdo quanto o anterior.<sup>29</sup> Nisso consiste a apologia ao livre mercado assentada na valorização da ideia de “indivíduo livre”, a falácia envolta nela revela-se ainda mais contundente na era dos grandes grupos multinacionais. Não obstante, isto já havia sido anunciado pelos teóricos críticos.

Em termos gerais, os *rackets* passaram a designar um modelo de domínio exercido por diversos grupos<sup>30</sup> na contemporaneidade, beneficiadores do acúmulo do capital e que obtêm vantagens econômicas e privilégios, por sua vez, apresentando a lógica social que subjaz aos avanços do capitalismo: seus vínculos entre expropriação e exploração econômica e a violência e opressão extraeconômica. A seguir, levantaremos algumas ideias acerca da presença de tais grupos na dinâmica do capitalismo financeirizado no Brasil, apontando seus vínculos com as ideias ultraconservadoras e as políticas econômicas neoliberais, e a apropriação que eles fazem do Estado, de sua burocracia, formas jurídicas e meios de violência para combater quem lhe opõe. Não à toa, parte destes grupos obtêm os monopólios de redes de TV e outros meios de comunicação, responsáveis pela disseminação do pensamento de ultradireita no país, calculado e racionalmente administrado para atingir “a consciência de inúmeras pessoas” (aquelas mesmas que formaram a base do eleitorado da política de direita atual).

Uma nova direita se consolidou no Brasil com a eleição de 2018. Embora suas origens remontem há muitas décadas, o grupo atual é composto por intelectuais prô-mercado, movimentos sociais mobilizados pelas redes, partidos políticos, o empresariado e instituições religiosas que se organizaram, apresentando uma ruptura com o pacto democrático pós-ditadura em 1988 e sinalizando para uma nova



convergência de ideias: o ultraliberalismo-conservador (Rocha, 2021, p. 20). A vitória de um governo de extrema direita teve como base vários fatores objetivos que não caberiam expor neste trabalho,<sup>31</sup> mas que, por suas características, fazem saltar aos olhos o conluio de um alto empresariado divulgador do ideário neoliberal com forças políticas reacionárias saídas dos porões da ditadura brasileira. Tal coalizão ilustra o que os teóricos críticos designaram como a sociedade dos *rackets*, baseada na dominação cega que a racionalidade instrumental e administrativa produz. As elites brasileiras, tais como rentistas, banqueiros, setores da agroindústria, empresários nacionais e líderes evangélicos, formados pelas escolas ultraliberais do pensamento econômico, seguem perpetuando a “velha injustiça”, aquela sempre presente sob as forças do capital – a máxima de valorização de valor. Essas elites agora influenciam e comandam as reformas estatais para os cortes de gastos públicos e de políticas sociais, bem como mobilizam as demais tecnologias de comunicação para a propaganda de seus ideários políticos e o estabelecimento de uma mentalidade voltada à “moralização dos costumes”. Este quadro brasileiro acaba por evidenciar, ainda que sob um regime que se pretende o oposto do intervencionismo estatal do século XX, aquilo que Horkheimer e Adorno apresentaram acerca das relações entre o Estado e os monopólios, dos usos que fazem de sistemas políticos para o objetivo de espoliação do capital. Neste contexto, as conquistas e concessão de direitos obtidas pelas demandas democráticas em momentos pretéritos, por meio das lutas sociais, têm sido atacadas e minadas no Brasil, um país cujas elites não foram simpáticas à consolidação de um Estado Democrático de Direitos efetivo.<sup>32</sup> A realização do bem-estar social pleno nunca esteve no horizonte das nossas classes dominantes, e a experiência de nosso processo de modernização deve sempre levar em conta o “fuso histórico” em que o Brasil desde sempre esteve inscrito, nossa condição periférica no sistema capitalista global. No limite, pode-se recordar intelectuais brasileiros e estrangeiros que não somente trataram de nossa formação torta, a “mediação quase universal” (Schwarz, 2020, p. 14-5) que aqui se instaurou, mas que também postularam o capitalismo periférico como modelo para explicar as tendências imanentes ao desenvolvimento das sociedades nos centros,<sup>33</sup> até mesmo no que tange à catástrofe social e ecológica.

Os efeitos da forma monopolista de produção já atingiam os grandes centros do capitalismo, mesmo em sua “era dourada”. Em algumas palestras dos anos 1960, Adorno enfatiza o reaparecimento de partidos de extrema direita afinados com o fascismo. No interior de uma sociedade supostamente democrática: “[...] os pressupostos sociais do fascismo ainda perduram [...]. Em primeiro lugar, penso na tendência dominante de concentração de capital [...]” (Adorno, 2021, p. 45). Ou seja, tais pressupostos tornam-se as condições para o estabelecimento de movimentos antidemocráticos, que acabam por mobilizar o rancor gerado pelas contradições inerentes à estrutura da nossa sociedade. Assim, no cerne da organização social capitalista, em que “a democracia, no que concerne ao seu conteúdo (o conteúdo socioeconômico), até hoje não se concretizou real e totalmente, em nenhum lugar, tendo permanecido como algo formal” (Adorno, 2021, ps. 50-51), as tendências fascistas e as condições psicossociais de adesão ao autoritarismo acabam por expressar as feridas abertas, produzidas por uma formação social que nunca fez justiça ao conceito de democracia e àquilo que dizia respeito aos ideais de igualdade e justiça. As massas tornadas supérfluas frente ao mundo do trabalho social, e mais o sentimento de catástrofe produzido por uma forma de dominação econômica impessoal e anônima, impõem as mesmas aos impulsos de destruição e morte, revertidos agora em ódio contra

as instituições democráticas, contra a própria cultura.

As causas do fascismo continuam intactas no capitalismo atual, que dispõe cada vez mais de forças tecnológicas para seu poder de expansão e de domínio sobre os sujeitos. O *racket* expressa “a ideia de que toda a atividade na presente sociedade, seja qual for, não tem outro interesse como seu conteúdo e objetivo senão a aquisição da maior parte possível da mais-valia circundante” (Horkheimer, 2021). No que tange às relações da elite econômica com as políticas autoritárias, outro fator se assemelha com a teoria dos *rackets*: a lógica da violência, ilegalidade e intolerância contra qualquer grupo ou tipos de sujeitos que queiram se opor a tal estado de coisas ou que não se curvem aos mecanismos de poder dos nichos sociais dominantes. O Brasil – como sempre – manifesta as contradições capitalistas no abismo de sua própria coesão social. As ações violentas de paramilitares nas favelas, a política de encarceramento em massa, que tem como alvo jovens racializados, o massacre de populações locais (camponeses e indígenas) e de movimentos dos trabalhadores rurais por parte da força policial são alguns dos exemplos que ilustram as forças de barbárie e as políticas de terror inerentes a um sistema baseado no impulso destruidor e expansionista do lucro. Falta ao Brasil aquele véu que, produzido nas nações emergentes, mas só trajado no Primeiro mundo, recobre bem a violência dos *rackets*, ressaltando forçosamente sua figura complementar, o mundo administrado. Ao lado deste regime de exceção e abusos por parte do Estado, a disseminação de um modelo de individualidade baseada na ideia de empreendedorismo e a manipulação do ressentimento e ódio da classe média<sup>34</sup> contra os marginalizados ganham marcações muito mais claras, quando não se traduzem em simples exercício da violência. Elas têm sido estrategicamente fomentadas pelas tecnologias discursivas, que apelam para um tipo de mentalidade muito próxima à paranoia:<sup>35</sup> o medo excessivo do “outro” apontado como “criminoso”, “vândalo” ou “bandido” nas mensagens e propagandas veiculadas pela Internet (por exemplo, contra lideranças políticas de movimentos de base), mas também o medo de perder privilégios e a suposta liberdade, imaginariamente ameaçada pelas populações periféricas e/ou grupos políticos mais à esquerda. Isto traz à tona as discussões de Adorno e Horkheimer (1985) acerca da perda da experiência<sup>36</sup> (*Erfahrung*) dos sujeitos sob o capitalismo avançado, que evoca o contexto geral de ofuscação (*Verblendungszusammenhang*) e noções como sociedade socializada (*vergesellschaftete Gesellschaft*), em que a falsa projeção se conjuga com a aparência de liberdade. Os sujeitos, incapazes de fazer experiência e de autodeterminação, reduzidos a mero objetos da administração por parte destes grupos que obtêm os monopólios do *mass media* acabam por enxergar o mundo, a sociedade capitalista atual como uma “rede fechada” e inexorável. É a realização peculiar do mundo administrado: a desregulamentação como norma. A mobilização, pela propaganda neoliberal, da impotência e do medo de empobrecer na psicologia de tais sujeitos – cujos fundamentos objetivos não devem ser relegados ao segundo plano – é o instrumento que efetiva a dominação. Mas, com o padrão *racket* disseminado, a fração marginalizada da população passa também a desejar a integração, o que leva à reprodução e perpetuação do estado de coisas. Associada ao ideário neoliberal, a extrema direita soube muito bem explorar tais afetos.

Para entendermos algo que aparentemente se revela paradoxal acerca da convergência de ideias antiliberais, racistas, nacionalistas e tradicionalistas, propagadas pelos partidos populistas de extrema direita com o ideário pró-mercado,<sup>37</sup> é preciso também entendermos as raízes intelectuais do chamado “neoliberalismo”, a partir de seus expoentes, como Hayek e Mises, e seus vínculos genealógicos com as políticas

totalitárias. A ideia de “Estado forte”<sup>38</sup>, formulado em termos de poder garantir a norma para o “bom funcionamento do mercado e sancionar o desvio” foi acolhida por estes autores, pois, “é com base no problema que as massas democráticas representam para uma economia livre que os renovadores do liberalismo vão, no entreguerras, reimaginar profundamente o papel do Estado”(Dardot et al., 2022, pg. 89). A aliança entre neoliberalismo e autoritarismo foi assim então selada. A incorporação do cânone neoliberal por setores da elite na América-Latina e no Brasil se deu por meio do alastramento dos chamados *Think Tanks* que, há algumas décadas, ganhou mais força com as redes sociais (Rocha, 2021). Entretanto, a formação de uma nova direita no Brasil enraizada na “hegemonia liberal” aos poucos foi cedendo espaço aos conservadores de ultradireita e às lideranças católicas e evangélicas, que começaram a se articular com as figuras políticas ligadas às Forças Armadas e ao militarismo. Em resposta aos “avanços progressistas” de um governo mais à esquerda que se estabeleceu nos anos de 2002 a 2006, estas correntes de extrema direita começaram a reagir às pautas políticas voltadas aos movimentos sociais dos povos marginalizados e aos direitos de grupos identitários,<sup>39</sup> o que sinalizava para uma maior democratização do país. As alianças de oligarquias políticas e religiosas com os tecnocratas defensores de reformas econômicas neoliberais no Brasil (a ala dos *Chicago Boys*) ganhava maior peso, trazendo à tona as tendências altamente antidemocráticas que sempre estiveram presentes na nossa cultura, fortalecendo ainda mais a retórica da lógica de mercado, entendida como a melhor solução para os problemas e tensões sociais.<sup>40</sup>

Em que pese suas particularidades, o cenário acerca do neoliberalismo no Brasil nos obriga a mobilizar conceitos e teorias para elucidar as formas e os desdobramentos da dominação social sob as condições de transformações históricas do capitalismo, bem como fatores de adesão subjetiva a tais mecanismos – a adesão à barbárie, a adequação à maquinaria social. Na tentativa de ressaltar a atualidade da noção de mundo administrado e sua articulação com a teoria dos *rackets*, a teoria crítica foi mobilizada para iluminar o contexto atual, possibilitando mostrar as tendências objetivas de uma organização social capitalista avançada, bem como as tensões imanentes a tal organização, formas de relações sociais e de concentração de poder. Se por ora encontramos autores que tentam “datar” o pensamento de Adorno e Horkheimer, principalmente no que tange à ideia de mundo administrado, por outro lado, remetemos ao movimento dialético de seus conceitos elaborados no seio de um projeto interdisciplinar tendo como pano de fundo o materialismo da teoria social. Na contramão de argumentos que atestam a obsolescência dos conceitos frente à nova versão econômica neoliberal, em que a capacidade dos Estados em intervir no poder privado do capital foi enfraquecida, a ideia de mundo administrado se desloca para a análise do tipo de poder e uso que a plutocracia faz do Estado – quer para atender seus interesses, quer para fazer uso da violência –, fazendo justiça, assim, ao seu conteúdo: a realização de uma racionalidade instrumentalizada expandida a serviço de interesses econômicos de determinados estratos sociais, a serviço da barbárie.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. Reflexionen zur Klassentheorie. In: *Gesammelte Schriften Band 8. Soziologische Schriften I*. Ed. Rolf Tiedemann. Frankfurt: Suhrkamp, 2003, p. 373-391
- ADORNO, Theodor W. Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft? In: *Gesammelte Schriften Band 8. Soziologische Schriften I*. Ed. Rolf Tiedemann. Frankfurt: Suhrkamp, 2003, p.

- 354-370.
- ADORNO, Theodor W. Zum Verhältnis von Soziologie und Psychologie. In: *Gesammelte Schriften Band 8. Soziologische Schriften I*. Ed. Rolf Tiedemann. Frankfurt: Suhrkamp, 2003, p. 42-85.
- ADORNO, Theodor W. *Aspectos do Novo Radicalismo de Direita*. Trad. Felipe Catalani. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- ADORNO, Theodor W. Capitalismo tardio ou sociedade industrial? In: *Sociologia*. Trad. e Org. Gabriel Cohn. São Paulo, Editora Ática, 1986, p. 62-75.
- ADORNO, Theodor W. *Estudos sobre a Personalidade Autoritária*. Trad. Virgínia Helena Ferreira da Costa. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- ADORNO, Theodor W. Reflexões sobre a teoria de classes. Trad. Igor Lula Pinheiro Silva. In: *Crítica Marxista*, Campinas, n. 50, p. 259-273, 2020.
- ADORNO, Theodor W. Sobre a relação entre sociologia e psicologia. In: *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. Trad. Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1985.
- ARANTES, Paulo. *O Novo Tempo do Mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- DARDOT, PIERRE; et al (Org). *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. São Paulo: Elefante, 2021.
- DUARTE, Rodrigo. Esquema e forma. Percepção e experiência na *Teoria estética* de Theodor Adorno. In: DUARTE, Rodrigo; FIGUEIREDO, Virginia; KANGUSSU, Imaculada (Orgs.). *Theoria aesthetica: em comemoração ao centenário de Theodor W. Adorno*. Porto Alegre: Escritos, 2005, p. 15-32.
- FIORI, José Luis. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- FRASER, Nancy. Depois do salário familiar: um experimento mental pós-industrial. In: FRASER, Nancy *Justiça interrompida: reflexões críticas sobre a condição 'pós-socialista'*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. In: *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 40, p. 43-54, set.-dez. 2018.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. Trad. Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GENEL, Katia. *Authorité et émancipation: Horkheimer et la théorie critique*. Paris: Payot, 2013.
- HORKHEIMER, Max. Autoritärer Staat. In: *Gesammelte Schriften. Band 5: »Dialektik der Aufklärung« und Schriften 1950-1950*. Ed. Alfred Schmidt e Gunzelin Schmid Noerr. Frankfurt: Fischer, 1987, p. 293-319.
- HORKHEIMER, Max. Dialektik der Aufklärung. In: *Gesammelte Schriften. Band 5: »Dialektik der Aufklärung« und Schriften 1940-1950*. Ed. Alfred Schmidt e Gunzelin Schmid Noerr. Frankfurt: Fischer, 1987, p. 11-290.
- HORKHEIMER, Max. Egoismus und Freiheitsbewegung. In: *Gesammelte Schriften. Band 4: Schriften 1936-1941*. Ed. Alfred Schmidt e Gunzelin Schmid Noerr. Frankfurt: Fischer, 1987, p. 9-88.
- HORKHEIMER, Max. Geschichte und Psychologie. In: *Gesammelte Schriften. Band 3: Schriften 1931-1936*. Ed. Alfred Schmidt e Gunzelin Schmid Noerr. Frankfurt: Fischer, 1988, p. 48-69.
- HORKHEIMER, Max. Gespräch über die verwaltete Welt. In: *Gesammelte Schriften. Band 13: Nachgelassene Schriften 1948-1972*. Ed. Alfred Schmidt e Gunzelin Schmid Noerr. Frankfurt: Fischer, 1989, p. 121-142.
- HORKHEIMER, Max. Materialismus und Metaphysik. In: *Gesammelte Schriften. Band 3: Schriften 1931-1936*. Ed. Alfred Schmidt e Gunzelin Schmid Noerr. Frankfurt: Fischer, 1988, p. 70-105.
- HORKHEIMER, Max. Materialismus und Moral. In: *Gesammelte Schriften. Band 3: Schriften 1931-1936*. Ed. Alfred Schmidt e Gunzelin Schmid Noerr. Frankfurt: Fischer, 1988, p. 111-159.
- HORKHEIMER, Max. Montaigne und die Funktion der Skepsis. In: *Gesammelte Schriften. Band 4: Schriften 1936-1941*. Ed. Alfred Schmidt e Gunzelin Schmid Noerr. Frankfurt: Fischer, 1987, p. 236-294.
- HORKHEIMER, Max. Zum Problem der Wahrheit. In: *Gesammelte Schriften. Band 3: Schriften 1931-1936*. Ed. Alfred Schmidt e Gunzelin Schmid Noerr. Frankfurt: Fischer, 1988, p. 277-325.
- HORKHEIMER, Max. Zur Kritik der instrumentellen. In: *Gesammelte Schriften. Band 6: »Zur*

- Kritik der instrumentellen Vernunft*« und »Notizen 1949-1969«. Ed. Alfred Schmidt e Gunzelin Schmid Noerr. Frankfurt: Fischer, 1991, p. 19-186.
- HORKHEIMER, Max. Zur Soziologie der Klassenverhältnisse. In: *Gesammelte Schriften. Band 12: Nachgelassene Schriften 1931-1949*. Ed. Alfred Schmidt e Gunzelin Schmid Noerr. Frankfurt: Fischer, 1985, p. 75-104.
- HORKHEIMER, Max. El Estado autoritario. In: *Sociedad em transición: estudios de filosofía social*. Barcelona: Planeta-Agostini, 1972, p. 97-124.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. São Paulo. Editora UNESP, 2015.
- HORKHEIMER, Max; FERNANDES, Simone. Sobre a sociologia das relações de Classe. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, São Paulo v. 26, n. 1, p. 127-164, 2021.
- KLEIN, Richard; KREUZER, Johann; MÜLLER-DOOHM, Stefan (Orgs.). *Adorno Handbuch. Leben – Werk – Wirkung*. Stuttgart; Weimar: Verlag J. B. Metzler.
- NOBRE, Marcos. *Ponto final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Editora Todavia, 2020.
- POLLOCK, Friedrich. Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limitações. In: FLECK, Amaro; DE CAUX, Luiz Philipe (Orgs.). *Crise e transformação estrutural do capitalismo: artigos da Revista do Instituto de Pesquisa Social, 1932-1941*. Florianópolis: NEFIPO, p. 89-118, 2019.
- GOMIDE, Ana Paula de Ávila. Notas sobre o conceito de indivíduo em Horkheimer e a presença da teoria freudiana em seus estudos. In: BORZUK, C., et al (Org). *Educação, violência e formação*. Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2019.
- PUZONE, Vladimir. Os rackets brasileiros. Notas sobre as atuais circunstâncias históricas. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 22, n. 42, p. 93-109, jan.-jun. 2017.
- ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.
- SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian (Orgs). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- TÜRCKE, Christoph. Informal segundo Adorno. In: DUARTE, Rodrigo; FIGUEIREDO, Virginia; KANGUSSU, Imaculada (Orgs.). *Theoria aesthetica: em comemoração ao centenário de Theodor W. Adorno*. Porto Alegre: Escritos, 2005, p. 71-84.

## NOTAS

- 1 O livro que marca esse debate no Brasil é o clássico de José Luís Fiori, *Os moedeiros falsos* (1998).
- 2 Para esta discussão, remetemos ao artigo *Depois do salário familiar: um experimento mental pós-industrial*, de Nancy Fraser (2022).
- 3 O neoliberalismo nasce em 1938 como doutrina a partir do Colóquio Walter Lippman, em Paris, no mesmo momento em que se cunhava o termo “neoliberal”. Seu objetivo foi o de formular as bases de uma renovação do liberalismo, apresentando por parte de seus representantes pensamentos e tendências teóricas diversas, que acabaram resultando na formação de duas novas correntes principais: o ordoliberalismo (definido pelos alemães) e o neoliberalismo, encampado principalmente por Hayek, da escola Austríaca (Rocha, 2021).
- 4 Por exemplo, a implementação do neoliberalismo nos anos 70 na América -Latina, especificamente, no Chile, sob a ditadura de Augusto Pinochet
- 5 Para um contraponto e complemento das discussões em torno do neoliberalismo e suas diferentes formas, também fazemos menção aos estudos de Nancy Fraser (2019) sobre o chamado “capitalismo neoliberal progressista”, implementado e consolidado por Bill Clinton nos EUA, que teve como característica a combinação entre um programa econômico expropriativo (beneficiador dos setores econômicos mais ricos dos EUA) com uma política de reconhecimento aparentemente emancipatória (voltada para o reconhecimento de movimentos sociais liberais identitários), de legitimação das chamadas “políticas identitárias” ou culturais: “*Servindo-se das forças progressistas da sociedade*

civil, eles difundiram um ethos de reconhecimento superficialmente igualitário emancipatório [...]. O programa neoliberal progressista não visava abolir a hierarquia social [...].” (Fraser, N., 2020, p.41-42). Assim, a autora então explora que a vitória de Trump se deu nesta lacuna vazia na política, em que os desempregados brancos de classe média, vítimas da financeirização e da globalização corporativa compuseram a massa de eleitores do trumpismo.

- 6 Ao contrário do que afirma Türcke, por exemplo: “*A Teoria Crítica também não previu isso [o período de desregulamentação]. Não é seu débito: ela não era telepatia. Não obstante, é problemático que o referido neoliberalismo não fora previsto nem como possibilidade nas suas categorias de filosofia da história.*” (2005, p. 71). Vale ressaltar que, embora Türcke duvide do alcance da primeira geração da teoria crítica, ele próprio reconhece que a noção de mundo administrado remanesce no contexto neoliberal. “Com isso a administração evidentemente não acaba; de certo modo ela até se acirra: na direção da auto-administração imposta por chantagem.” (2005, p. 82).
- 7 Horkheimer dirige o Instituto de Pesquisa Social a partir de 1931. Alguns dos textos que alavancaram a mudança de trajetória tanto do Instituto quanto de seus escritos são *Geschichte und Psychologie* (1932), *Materialismus und Moral* (1933), *Materialismus und Metaphysik* (1933), *Zum Problem der Wahrheit* (1935), *Egoismus und Freiheitsbewegung* (1936), *Montaigne und die Funktion der Skepsis* (1938).
- 8 A expressão “mundo administrado” é enunciada pela primeira vez em uma conversa entre Horkheimer, Adorno e Eugen Kogon (Cf. Horkheimer, 1989, p. 121-142). Importante destacar que ambas as noções foram frequentemente empregadas na obra média e tardia de Adorno, provocando inclusive variações como “arte administrada”.
- 9 Embora a *Dialética* transite pelo estofo teórico dessa noção sem nunca a enunciar propriamente, o prefácio de 1969 (“Sobre a nova edição alemã”) a invoca duas vezes. Sintoma evidente de sua formação ainda tortuosa ao menos até os anos 1950 (Horkheimer, 1987, p. 14; trad. em Adorno e Horkheimer, 1985, p. 9).
- 10 *O Estado autoritário* não é o único texto que participa da formação da ideia de mundo administrado. Mas é ilustrativo e importante quando se deseja entender todos os sentidos dessa noção, especialmente no que concerne ao planejamento da economia pelo Estado sob vigência do Nacional-Socialismo. Nele Horkheimer esmiúça o planejamento das sociedades contemporâneas em todos os seus setores, da planificação econômica ao desaparecimento da economia política até a cooptação dos sindicatos pelo capital, organização que deveria representar os trabalhadores no Estado de Direito. Assim, o texto fornece o estofo teórico para se compreender obras de linguagem mais estilizada e aforística, como a *Dialética do esclarecimento*.
- 11 Enquanto Pollock defendia o surgimento de um “Capitalismo de Estado” e conferia proeminência à política sobre a econômica, Neumann insistia na prevalência do capitalismo monopolista, embora houvesse aqui uma novidade: um imperialismo de pretensões totalitárias. O emprego da terminologia oriunda de cada qual fornece pistas sobre a potencial adesão de Adorno e Horkheimer a essas teses.
- 12 Muitos pesquisadores tendem a afirmar a influência de Pollock e suas análises políticas nos escritos de Horkheimer, principalmente no seu texto *O Estado Autoritário*, enquanto se atribui a influência de Neumann ao pensamento de Marcuse, e, por vezes ao de Adorno. Não obstante, a adesão completa de Horkheimer às teses de Pollock é questionada em vários momentos, de acordo com Fernandes (2021), especificamente no que tange à sua elaboração da teoria dos *rackets* e a resignificação que ele dá às categorias marxianas para suas análises dos conflitos sociais presentes no capitalismo tardio e o papel da mais-valia (Fernandes, 2021, p.136).
- 13 Cf. Fernandes, 2021, 138.
- 14 “Podemos mesmo dizer que sob o capitalismo de Estado a economia como ciência social perdeu seu objeto. Os problemas econômicos no velho sentido não mais existem quando a coordenação de todas as atividades econômicas é efetuada pelo planejamento consciente em vez de pelas leis naturais do mercado. Nas situações em que o economista antes quebrava a cabeça para resolver o enigma dos processos de troca, ele se encontra, sob o

- capitalismo de Estado, com meros problemas de administração.” (Pollock, 2019, 108-9).
- 15 Essa configuração permanece em certo equilíbrio quando se trata de um capitalismo de Estado democrático. Cabe lembrar que Pollock via no caso democrático certa possibilidade da reversão do controle social por parte do Estado. O caso totalitário manifesta uma dominação muito mais direta, e em vez do equilíbrio entre as partes da coalizão, o que se vê é a burocracia partidária concentrar poder.
  - 16 “Nós aprendemos como produzir qualquer coisa em quantidades praticamente ilimitadas, mas nós não sabemos como distribuir os bens”. Esta é a formulação popular para descrever o enigma do capitalismo privado em sua última fase.” (Pollock, 2019, p. 101).
  - 17 Em *O Estado autoritário*, Horkheimer apresenta um apanhado histórico do surgimento dos sindicatos e sua sequente refuncionalização no interior do “capitalismo de Estado”. Cf. Horkheimer, 1987, p. 298-9; trad. em espanhol Horkheimer, 1972, p. 102-3.
  - 18 No texto *Sobre a sociologia das relações de classe* de 1943, Horkheimer, acerca das organizações trabalhistas cooptadas pela lógica monopolista da nova fase “pós-liberal” do capitalismo, a partir da ideia de *rackets*, diz que: “A luta de classes transformou-se em um sistema de negociação entre unidades monopolistas, ou seja, em um meio de adaptação de classe e em guerras [...]” (1985, p. 85; trad. em 2021, p.148)
  - 19 Curioso que as primeiras reflexões de Horkheimer e Adorno dispensem a superestrutura, essa camada cultural de dominação. Em *O estado autoritário* e *Sobre a sociologia das relações de classe*, Horkheimer simplesmente silencia. Já Adorno, em *Reflexões sobre a teoria de classes*, afirma que “[a]o reproduzir a vida da sociedade de modo planejado, os dominantes reproduzem precisamente a impotência dos planejados. A dominação imigra para o interior dos seres humanos. Eles não precisam ser ‘influenciados’ tal como os liberais estão inclinados a pensar em virtude de suas representações de mercado. A cultura de massas apenas faz deles de novo e de novo o que já são de qualquer maneira sob a coerção do sistema, controlando as lacunas, inserindo ainda a contrapartida oficial da práxis como *public moral* e fornecendo a eles modelos prontos para imitação.” (Adorno 2003, p. 390-1; trad. em Adorno, 2020, p. 272). Embora nada disso permita depreciar a importância do conceito de indústria cultural, ficam evidente tanto o cerne materialista da reflexão quanto certa a mudança de traquejo na análise. Antes, a ideologia estava muito mais imbuída na camada estrutural; poucos anos depois, o diagnóstico se aprofunda, e a ideologia precisa então ganhar contornos ainda mais sufocantes com a indústria cultural.
  - 20 Como foi anteriormente sinalizado, nos anos 30, sob a direção de Horkheimer o Instituto de Pesquisa Social fez uma releitura da teoria marxista introduzindo a articulação entre a pesquisa empírica e as reflexões filosóficas para investigar as relações entre a vida econômica-cultural e a subjetividade, a partir da análise de temas sociais contemporâneos. Citamos especificamente a pesquisa *Estudos sobre autoridade e família*, de 1936.
  - 21 Ver tal discussão em *Dialética do esclarecimento*, escrita a quatro mãos por Horkheimer e Adorno, e *Eclipse da Razão*, na qual Horkheimer expande e aprofunda as análises contidas na *Dialética* para efetuar uma crítica à modernidade, investigando o conceito de racionalidade weberiana em sua redução à hegemonia da “razão instrumental”, “subjetiva”, subjacente à cultura industrial contemporânea, em detrimento da razão emancipatória, voltada para a determinação de princípios morais e éticos, tal como postulada pelos filósofos do Esclarecimento. A razão acabou sendo consolidada em várias instâncias como mero instrumento a serviço da dominação da natureza, e da dominação dos homens sobre si mesmos.
  - 22 A este respeito, trazemos as seguintes observações de Gomide (2019, p.121): “O pensamento de Horkheimer em meados da década de 40, voltado para a crítica da razão, estará marcado por esta ambivalência no que diz respeito à questão subjetividade: a aparição de sujeitos fracos no cenário histórico do Séc. XX em confronto com a retomada de um modelo de indivíduo “forte” e de “pensamento livre”; este último, entendido enquanto negação socialmente determinada tendo em vista os tipos concretos de sujeitos cooptados pela ordem existente. Enquanto na década de 30 ele encontrava no marxismo um forte aliado para a luta pela emancipação, assim denunciando a ideologia subjacente às ideias liberais envoltas no conceito indivíduo que voltavam-se para a justificativa de uma sociedade

- desigual, nos anos posteriores, ele retoma tal conceito para apresentar os efeitos nefastos da redução dos sujeitos à racionalidade instrumental (também resultante dos desdobramentos das ideias metafísicas e burguesas, dadas as condições objetivas da economia moderna).”
- 23 Assim também podemos falar menos de uma influência por parte de Pollock que por uma apropriação seletiva por parte de Horkheimer.
- 24 Embora Pollock afirme que o administrador possa planejar os salários com base em uma gama razoável de diferenciações, Horkheimer parece infundir um quadro muito mais conflituoso com sua teoria dos *rackets*. Aliás, mesmo em *O Estado autoritário* surgem algumas outras afirmações dificilmente conciliáveis com as teses de Pollock. “No fascismo, todos sonham com o assassinato do líder e desfiliam perfeitamente perfilados. Obedecem por cálculo sóbrio: depois do líder virá somente seu substituto.” (Horkheimer 1987, p. 303; trad. em espanhol 1972, p. 107). Katia Genel recorda que o próprio Horkheimer escreve a Pollock sobre a falta de dialética na ideia de capitalismo de Estado. (Genel, 2013, p. 243).
- 25 De acordo com Fernandes (2021), o termo *rackets* advém de uma expressão coloquial que se refere à atuação do crime organizado, especificamente, às máfias de Chicago. Horkheimer, em contato com as discussões políticas da sociedade estadunidense extraiu seu sentido para suas análises das formas atuais de dominação social sob a vigência do capitalismo monopolista, principalmente nas referências feitas por empresários aos sindicatos no sentido de desqualificá-los em suas demandas. Não obstante, não com objetivo de desqualificar as demandas trabalhistas por melhores salários, Horkheimer afirma que a lógica de atuação dos *rackets*, agora num sentido mais expandido, teria se infiltrado em tais organizações quando reduzidas suas lutas a interesses particularistas, bem como tal aceção se deslocaria, inclusive, para designar uma lógica presente em todas as relações sociais no capitalismo monopolista apontando os grupos estabelecidos de poder que obtêm vantagens econômicas. Ainda se acrescenta que a generalização de Horkheimer ao *modus operandi* de sindicatos locais relaciona-se à sua crítica mais abrangente sobre os destinos da oposição de esquerda na Alemanha de Weimar. Nas palavras do autor: “Aquilo que deseja prosperar sob um estado de dominação corre o risco de reproduzi-lo. Na medida em que a oposição proletária na república de Weimar não pereceu como seita, caiu ante o espírito de administração [...]. Integração é o preço que os indivíduos e grupos têm de pagar para prosperarem sob o capitalismo”. (1987, p. 296; trad. em espanhol 1972, p. 100)
- 26 “Do Estado, capturado por interesses privados e premido pela pressão capitalista para rebaixamento de custos tributários, trabalhistas e regulatórios, para redução de ‘carga’ dos direitos democráticos, sociais e ambientais em nome do Estado-competição” (Fraser e Jaeggi, 2020)
- 27 A respeito do potencial emancipatório contido na ideia de indivíduo, Horkheimer a problematizou nos seus textos da década de 30, quando, mesmo reconhecendo seu embuste e o seu teor ideológico, pressupunha a esperança de liberdade a ser partilhada por todos numa sociedade mais igualitária (também apresentada na arte e na ciência burguesas). Já no texto *Ascensão e declínio do indivíduo* ele denuncia o quanto tais valores tornaram-se vazios de significados com o desaparecimento do “indivíduo burguês atomizado”, pois os sujeitos passaram a se submeter a forças anônimas de poderes, e tornaram-se desprovidos de formas de mediação universal vigentes na sociedade liberal (a família, o mercado, a escola), como também dos ideais e categorias presentes na racionalidade burguesa, mediadoras do pensamento e da conduta, cujas fontes remetem à noção moderna de indivíduo referente ao sujeito autônomo dada por Kant. Ele, Horkheimer, reivindica na ideia de indivíduo o papel de voz dissonante que possa resistir aos apelos de um coletivismo e das exigências técnicas do mundo administrado.
- 28 Sobre esse tema, cf. DUARTE, 2005, p. 15-32.
- 29 “Toda imagem de homem, com exceção da negativa, é ideologia” (Adorno, 2003, p. 67; trad. em Adorno, 2015, p. 103)
- 30 Horkheimer aponta a existência de grupos dominantes, na luta incessante entre diferentes grupos hierárquicos voltados para o esmagamento de uma maioria, desde tempos mais



- pretéritos na história social da humanidade, anteriores ao surgimento mesmo do proletariado: “Todas as unidades mais antigas eram totalidades no sentido de que eram completamente organizadas, integradas e regidas por uma hierarquia” (Horkheimer, 1985, p. 83; trad. em Horkheimer, 2021, p.145). A ideia de *rackets* tornou-se um protótipo do domínio de classes exercido ao longo da história. E, por isto, Adorno, corroborando com as ideias de Horkheimer, afirma que: “A hierarquia desde sempre foi organização compulsória para a apropriação do trabalho alheio [...]. Na medida em que a crítica da economia política indica a necessidade histórica que trouxe o capitalismo ao seu desdobramento, ela se torna a crítica de toda a história, de cuja imutabilidade a classe capitalista, tal como seus antepassados, deriva seu privilégio” (Adorno, 2003, p. 373; trad. em Adorno, 2020, p. 259-260)
- 31 Para uma análise mais profunda acerca da emergência do bolsonarismo no Brasil, citamos o livro de Marcos Nobre (2020) *Ponto Final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*
- 32 Acerca disto, esclarece Puzone: “A conquista e a concessão de direitos sociais ocorrem não apenas para absorver o antagonismo social. Elas se fizeram também naqueles momentos históricos tendo em vista a constituição e fortalecimento de um padrão regulador do capitalismo periférico, que alçasse o Brasil ao primeiro time da divisão internacional [...]. Ou seja, maior produtividade do trabalho associada a um nível de consumo adequado à reprodução da força de trabalho, sem o comprometimento dos salários ou do tempo de vida dos trabalhadores. Contudo, nossas elites nunca estiveram totalmente dispostas a pagar o preço inteiro dessa transformação. Por que a manutenção das taxas de acumulação deveria estar estruturada em padrões superiores produtividade, o que implicaria justamente a preocupação em aumentar o bem-estar dos trabalhadores, se isso arriscaria jogar por terra toda a possibilidade em se extrair cada gota a mais de trabalho excedente dos estratos sociais rebaixados?” (2017, ps.98-99)
- 33 Nesta direção, as análises de Paulo Arantes (2014) são bastante ilustrativas para o entendimento da crise do capitalismo e seus limites, desde a década de 70, a partir da ideia de brasilinização das sociedades dos países centrais que cada vez mais se assemelham aos países periféricos, em termos de desmonte e crise emergencial generalizadas. Türcke esboça uma percepção similar no início dos anos 2000. “Parece até que o setor informal do Terceiro Mundo serviu de modelo aos promotores supremos da desregulamentação”. (2005, p. 76)
- 34 Ressentimento de um grupo que, portador de privilégios, se sentiu “ameaçado” com os avanços dos direitos sociais e aumento de padrões de consumo das classes trabalhadoras em governos passados. Estamos nos referindo aos anos de governo Lula com suas políticas de redistribuição de renda, tais como Bolsa Família, Programa Fome Zero, os programas sociais voltados às Leis de Cotas Raciais, Programa de Saúde da Família, dentre outros, que constituíram uma espécie de simulacro de estado de bem-estar social que se forjou em gestões passadas de governo.
- 35 A mentalidade fascista apresentada pela pesquisa *Personalidade Autoritária* e na discussão sobre o antissemitismo, especificamente, no seu aspecto subjetivo, é aquela muito similar ao mecanismo da paranoia (Adorno, 2019) Tal conceito de “personalidade autoritária” foi formulado com base nos métodos de pesquisas entre diferentes ciências (psicanálise, psicologia social e teoria da sociedade) para apresentar o elo existente entre disposições psicológicas e inclinações políticas
- 36 “A experiência [sob o mundo administrado dos monopólios] é substituída pelos clichês e a imaginação ativa na experiência pela recepção ávida” (Horkheimer, 1987, p. 232; trad. em Adorno e Horkheimer, 1985, p. 187).
- 37 Encontramos tal característica na versão hiper-reacionária neoliberal do governo Trump. Para maiores aprofundamentos, sugerimos o artigo de Nancy Fraser, *Do neoliberalismo progressista a Trump – e além* (2018).
- 38 O jurista e filósofo do direito Carl Schmitt, considerado como um autor que deu sustentação ao ordenamento jurídico nazista, é quem vai dar as bases para a defesa neoliberal do Estado forte. Hayek, bem como outros expoentes do neoliberalismo como doutrina tiveram relação com o pensamento de Schmitt. Para maior aprofundamento, indicamos o capítulo

*Neoliberalismo e Autoritarismo* do livro *A Escolha da Guerra Civil* (Dardot et al., 2022).

- 39 “No que diz respeito à nova direita brasileira surgida nos anos 2000, tal processo de seu em reação ao pacto de 1988 e suas consequências sociais e institucionais, cujo desenvolvimento ao longo do tempo foi percebido como a consolidação de uma ‘hegemonia cultural esquerdista’. Grupos muito diversos entre si, descontentes com a atuação dos neoliberais e figuras conservadoras na política, passaram a se unificar com o objetivo de combater a hegemonia esquerdista a partir da consolidação de um novo amálgama de ideologias políticas” (Rocha, 2021, p.20). Este amálgama de ideias refere-se à corrente do tradicionalismo, representada por Olavo de Carvalho, junto ao militarismo e ao fundamentalismo evangélico. Grupos de empresários com o projeto econômico neoliberal no Brasil acabaram financiando esta nova direita.
- 40 As reformas neoliberais já haviam começado com governos anteriores com a drástica redução de investimentos públicos e privatização de empresas estatais. Iniciando com o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1991) com o chamado Plano Collor (a criação de uma nova moeda, mudança de leis trabalhistas, abertura do mercado nacional e a privatização de estatais.) e se consolidando com Fernando Henrique Cardoso na presidência (1995-2002).